

O Mercado Interno Europeu do Conhecimento e a Perspectiva da Cidadania Activa e Inclusiva

Maria Alfreda Cruz¹

I - O conhecimento na rede conceptual da pós-modernidade

“O conceito é uma informação que pode actualizar-se, elaborar-se e manusear-se fora de um contexto, em estado livre ou isento(...) A inteligência pode definir-se como a capacidade de manipular símbolos criativamente ou de processar informação, dados os requisitos da tarefa”- José A Marina (1995), *Teoria da Inteligência Criadora*, Lisboa, Caminho, pp.273 ; 280.

I.1. Uma recursividade produtiva no plano dos conceitos fundadores do campo

Na rede conceptual da pós-modernidade que ensaiamos noutro estudo² formulamos o Conhecimento como um *processo vivo* de integração das informações apropriadas pelos sujeitos que, reportados à sociedade do seu tempo, definem a relação comunicacional que estabelecem entre si, com o seu mundo e com o seu universo cultural. Entendendo como vivo o processo emergente dos mecanismos de integração da individualidade do ser humano, enquanto mente e corpo, no sentido

¹ Professora Associada da UAL. Promotora do Projecto “O Direito à Cidadania na Sociedade do Conhecimento”, no âmbito do Programa de Sabáticas INA do Departamento de Investigação e Desenvolvimento. O presente artigo, bem como os trabalhos da autora identificados na bibliografia, situam-se na linha de problematização do referido projecto.

² M. Alfreda Cruz (2003)

damasiano da expressão, assumimos o princípio teórico de que a individualidade corresponde a um sistema de personalidade que:

- pensa em função do que *é* e *se faz ser* em sociedade;
- age em função do que *pensa* e *diz*, na teia das relações em que *se move e pensa*.

Assim, se:

- a cognição é o acto do conhecimento que combina os dados da percepção e das abstracções deduzidas ou inferidas da observação processada no referido contexto;
- o cognitivo é o processo de aquisição de conhecimento, com recurso às capacidades de análise/síntese/avaliação/aplicação das representações às situações concretas;
- os sistemas cognitivos são sistemas compostos pela estrutura e pela actividade cognitiva do sujeito, na relação paramétrica com o meio interno e externo do ser e da qual emergem as suas qualidades de inteligência, criação e imaginação;

então:

- o pensamento é a função racional que o permite, estabelecendo uma relação conceptual de outra ordem, entre os conteúdos representativos das situações a que estes se reportam;
- o indivíduo adquire conhecimento através do seu material intelectual e pensa, seja investindo o acumulado em presença das situações que o requeiram, seja desenvolvendo o que emerge do seu próprio modo de agir e pensar.

Cabe assim ao indivíduo assumir, no processo de socialização em que se integra, uma decisão valorativa sobre a própria combinatória dos conhecimentos que processa – não só na base da sua consciência individual, mas também da consciência colectiva de que participa, atenta aos impactos dos modos emergentes da produção do saber. Reiterando o que noutro lugar dissemos³, subjaz a essa deliberação valorativa a ponderação diferenciada das representações sociais e a do conhecimento que o indivíduo for capaz de controlar, diferencial que depende:

- da aptidão auto-reflexiva, mediante a qual o indivíduo recorre à razão e ao conceito, no processo experiencial de articulação dos subsistemas de subjectivação e de objectivação do real;

³ *Idem, ibid.*, p.40

- da função que, nesse âmbito, o indivíduo atribuir à ideologia e à utopia que, na expressão de Paul Ricoeur, o fundam como sujeito.

I.2. O Computador nas relações de regulação do poder

A questão posta em tais termos, introduz-nos directamente na do poder, campo de impacto directo da referida função. “In the knowledge lies the power”, diz-nos Feigenbaum (1980), recordado por Coelho e Costa⁴, ao abordarem o *conhecimento* na situação precisa do nosso tempo. Sempre assim terá sido, mas hoje é-o de modo diferente, porque esta é a sociedade “em que o *aqui* já não existe, tudo é *agora*”⁵, dado que nela convivemos com um ser diferente, mas ainda assim dotado de capacidades apropriadas à manipulação, gestão e gestação, ainda que indirectas, do conhecimento: o computador.

Na mancha de tecnologias dos dias de hoje⁶, o computador aparece como impulsionador triplo da produção e distribuição do conhecimento, actuando quer directamente sobre o utilizador das suas performances, quer indirectamente pela via dos impactos que perpassam pelas tecnologias dos sistemas de informação e de comunicação que, cada vez mais, constituem o ambiente mais omnipresente do quotidiano individual e colectivo. “A desintegração da comunidade dos presentes em benefício da dos ausentes”⁷ é o seu preço. Isso significa que a emergência dos laços voláteis que se estabelecem nas comunidades virtuais, se contrapõe à dissolução dos laços que tradicionalmente ligam os indivíduos em comunidades de pertença, naturalizada pelas práticas sociais correntes. A anomia social resultante desta dissolução é um dos grandes traços do nosso tempo. Em contrapartida, apesar de voláteis, são os novos laços que geram, em densidades crescentes, as demografias das causas que desafiam os poderes de regulação que as confrontam, seja num âmbito territorial restrito, seja no da transversalidade globalizadora de uma comarca, de um país, de um continente ou do mundo. E esse é também um dos traços fundamentais do nosso tempo, sobretudo desde que o desenvolvimento tecnológico assumiu a dinâmica revolucionária que gerou novos seres capazes de potenciarem, na inter-acção com o saber vivo, os desafios da inteligência computacional, assumida enquanto forma de realizar operações mentais, de modo natural ou artificial.⁸

⁴ Helder Coelho e Ernesto Costa (2001).

⁵ Paul Virilio, citado por Coelho e Costa, *idem, ibid.*

⁶ Helder Coelho e Ernesto Costa, *idem, ibid.*, p.8.

⁷ Helder Coelho e Ernesto Costa, *idem, ibid.*, p.8.

⁸ José A. Marina (1995).

De facto, se a inteligência não for uma qualidade em si, mas antes a emergência do “modo de realizar operações mentais”, integrando-as “num projecto que dirige as actividades de busca, construção e selecção de informações (...), dados os requisitos da tarefa”⁹, a inter-acção do saber vivo com outra estrutura adequada a intervir nos mesmos processos, funciona como uma 2ª natureza espoletada pela mente humana, mas com impactos crescentes no desenvolvimento e aplicações do conhecimento. A difusão do *empoderamento* passa por elas. Mas, de qualquer modo, em todas as escalas territoriais antes enunciadas, são os poderes formais que têm ao seu dispor, além das mesmas armas de produção, gestão e distribuição virtual e massiva da informação, os meios preferenciais de organizar a sua distribuição e formatação, por via do controle dos investimentos praticado nesses desideratos e da iniciativa de partilhar os projectos que por eles passam.

A emergência do conceito de *governança* que configura um modo novo de conceber e praticar o poder, passa por aí. Enquanto modo de regulação governamental dialogante, alternativa às práticas tradicionais de governo, mesmo em regimes democráticos, a governança, independentemente do grau da sua democraticidade, necessita das plataformas virtuais de informação e de comunicação, articuladas na mancha de tecnologias que permita o acesso às mensagens, directivas, ordens e apelos que convidam à discussão, apoio, rejeição, ou partilha, em dinâmica de responsabilização inter-activa com a do(s) poder(es). Através dessa dinâmica se tem vindo a procurar constituir plataformas de entendimento com os indivíduos que se revelarem capazes de serem reconhecidos nos ambientes virtuais a que tenham acesso. A estes se chama cidadãos na acepção aristotélica do termo – ou sejam, aqueles que habitam de pleno direito a cidade, *locus* da feitura, aplicação e observância das leis. Ao longo dos séculos, o *locus* foi-se estendendo a territórios sucessivamente alargados – a região de influência da polis, o estado-nação, o império, o globo. O cidadão será então quem, em todas essas escalas, seja reconhecido como válido, na inter-acção deliberada por quem de direito.

Na viragem do século, a Europa criou uma Comissão para a Governança Europeia que adoptou o conceito.¹⁰ E é na mesma onda que surge a panóplia de designações atribuídas e divulgadas pela vulgata da comunicação à sociedade dos nossos dias: Sociedade de Informação, Sociedade da Comunicação, Sociedade Cognitiva, Sociedade do Conhecimento... Os termos são muitas vezes utilizados como expressões

⁹ *Idem, ibid.*

¹⁰ *Livro Branco para a governança Europeia*, publicado em 2001 pela Comissão para a Governança Europeia.

equivalentes ou então intercomplementares - Sociedade da Informação e da Comunicação, ou da Informação e do Conhecimento ou do Conhecimento e da Inovação, ou da Informação e do Ensino... - dependendo de quem as usa e as procura fazer valer. Serão de facto assim? O trabalho dos conceitos, assumidos como “informação em estado livre”¹¹, pode demonstrar as diferenças, mas a ponderação dos correspondentes léxicos, enquanto noções contextualizadas num registo temático preciso, não pode deixar de ser significativo. Busquemos pois o seu sentido nos discursos de governação que as utilizem e situemo-los na vertente que se adequa à globalização dos nossos dias, na escala “laboratorial” de uma Europa em construção desde os anos 50 do século XX.

No presente ensaio procurar-se-á identificar as suas linhas mestras.

II - O Projecto europeísta

“Todo o comportamento intencional se baseia numa irre realidade que é o projecto”, José A. Marina (1995), *Teoria da Inteligência Criadora*, Lisboa, Caminho, p.84.

II.1. Uma sociedade em busca de sentido

A história da emergência europeia no panorama político, económico e social do mundo sustenta-se numa das mais poderosas bases do conhecimento construídas no último meio século, incluindo, em paralelo com as bases de dados edificadas pelas agências específicas que integram a Comissão, registos discursivos fundadores e fundamentadores das políticas que têm vindo a edificá-la. Organizadas em hipertexto, estas bases permitem as mais variadas rotas de navegação exploráveis pela comunidade internauta, fazendo jus ao entendimento do papel das novas tecnologias na flexibilização da informação, como modo de aceder ao saber que ela regista. “A Internet está a ponto de transfigurar o mundo. A Europa deve entrar na era numérica e fazer assentar a sua economia no conhecimento. A qualidade de vida dos europeus, as suas condições de trabalho e a competitividade das empresas e dos serviços, dependerão do modo pelo qual a União Europeia conseguir realizar com sucesso um tal objectivo. A iniciativa “eEuropa” visa guiar essa mudança e modernizar os sistemas

¹¹ José A. Marina (1995), p. 280.

de educação e de formação profissional para difundir a informática na escola e no local de trabalho. Essa iniciativa e a estratégia em matéria da educação que a acompanha, constituem o motor da vontade da União para se constituir, daqui até 2010, a economia (...) mais competitiva do mundo”¹². Baseada no conhecimento, naturalmente.

A expressão sublinhada introduz aliás uma designação a aduzir ao cardápio que enunciámos. Mas o que importa é encontrar na multiplicidade deste, o denominador comum de todas elas e esse denominador é o reconhecimento de que a nova era que habitamos é a da superação das regras de jogo clássicas da era industrial. Às sucessivas imagens dos Tempos Modernos que encontraram em Charles Chaplin um dos seus mais impressionantes divulgadores em registo audiovisual, contrapõem-se hoje as que Laurent Cantet divulga no seu cinema sobre o emprego do tempo. A Europa não ignora que a uma tensão se substituiu outra e deve reconhecer-se-lhe aliás a constância da sua preocupação com o carácter dual do projecto político, que se constrói no pressuposto de que as suas vertentes económica e social podem enquadrá-lo harmonicamente na sistemografia dos objectivos finais: a coesão social, o respeito pelos direitos humanos e a indispensabilidade da democracia em todas as suas valências – política, económica e social –, para que a paz seja a alternativa à guerra, contra a qual emergiu como comunidade livre, nos anos 50, ancorada na vontade de alguns dos principais vencedores da barbárie nazi. A Europa era então a dos Tempos Modernos, com as suas injustiças e fragilidades próprias, mas já então com a abertura ao mundo que se veio saldando no reconhecimento das independências que, aos poucos e aos pedaços, foram desmembrando os seus impérios, jogando na cena política novas nacionalidades e uma multidão de pobres e excluídos desse horizonte de justiça social a que almejam os seres de boa vontade, onde quer que se encontrem. Certo é que essa pauperização, que não parou de se expandir e aprofundar desde então, não resultou das independências, mas das injustiças que as precederam e se alargaram depois, mas essa é toda uma história que está em processo e excede o âmbito destas linhas. Excede, mas não deixa de se perfilar no horizonte, como o arco-íris de sombra denso e trémulo de que fala A Ramos Rosa, noutra registo¹³. Sublinhemos alguns dos seus arcos essenciais, neste contexto:

¹² *Para uma Europa do Conhecimento - A União Europeia e a Sociedade da Informação* - Série “A Europa em movimento”.

¹³ A. Ramos Rosa (1974), p.63.

Vectores inerentes à Globalização
Apenas 15% da população mundial, vivendo nos países de rendimento elevado, absorvem 56% do consumo total, enquanto 40% da população mais pobre, vivendo nos países de baixos rendimentos, só absorvem 11%.
O conjunto de 10% das pessoas mais pobres do mundo apenas ganham 1,6% do rendimento do conjunto das 10% mais ricas e 1% das mais ricas ganham tanto como as 57% mais pobres.
A taxa geral de pobreza, calculada a partir do tecto de um dólar per capita/por dia em termos de rendimento, passou de 29% em 1990 a 23% em 1998.

Fonte :<http://www.un.org/french/pubs/chronique/index.html>
(Cop. Nações Unidas – Chronique- édition en ligne)

É este o ambiente sistémico de qualquer região do mundo e do tempo em que o habitamos. Daí que os objectivos das Nações Unidas para o milénio, envolvendo os seus 191 membros até 2015 na prossecução de um conjunto de metas urgentes, sejam encabeçados precisamente pelo da **redução da fome e da pobreza** que se define pelo consumo diário per capita de menos de 1 dólar por dia, e terminem pelo de **implementar um partenariado mundial para o Desenvolvimento**. Entre estes dois pólos, discriminam-se os objectivos de assegurar a educação primária para todos, a autonomização das mulheres, a redução das taxas de mortalidade infantil e de saúde materna, o combate às pandemias de sempre e à da sida, em particular, e finalmente a garantia de um ambiente durável. A Declaração do Milénio, o Plano para a sua implementação e as estatísticas que o confrontam, definem, nesta grelha, uma hipótese de salvação que passa por “um sistema comercial e financeiro multilateral e aberto, fundado em regras, previsível e não discriminatório, o que supõe empenhamento na garantia de uma boa governança (...), tanto aos níveis nacional como internacional”¹⁴ – uma governança verdadeiramente apostada na adopção de medidas apropriadas a permitir que os países pobres possam resistir à sua milenar superexploração, segundo um modelo de conduta em que a Europa não teria dificuldade em reconhecer-se.

Vontade política e valores de solidariedade são pois os grandes vectores invocados. Mas subjaz a esta invocação, a consciência da complexidade dos problemas que, em todo o caso, desafia não só as vontades, mas também o engenho que apela a métodos capazes de resoluções dilemáticas, como as que se jogam na globalização

¹⁴ http://www.un.org/french/pubs/chronique/2002/numero3/0302p31_regard_sur_le_passe.html

de hoje. Porque o facto marcante que a sintetiza, na relação com a problemática enunciada, é o de que, “entre 1992 e 1999, o consumo mundial de combustíveis fósseis aumentou de 10%, sendo que, a manter-se um tal ritmo, deveria continuar a progredir de 2% ao ano até 2035, duplicando o consumo em relação ao de 1998 e triplicando-o até 2050. Entretanto, o consumo por habitante nos países desenvolvidos (em média de 6,4 toneladas de petróleo por ano, em 1999) correspondia já então a 10 vezes o consumo dos países em desenvolvimento e, no dealbar do século XXI, reconhecia-se que cerca de 2,5 mil milhões de pessoas não têm sequer acesso aos serviços energéticos modernos – o que aproxima de um terço a população mundial que vive abaixo do limiar da pobreza¹⁵.

Tendo este pano de fundo como contexto das tendências pesadas das governações exortadas, o mundo está confrontado com o problema da sua própria sobrevivência. Na hipótese de que todos os poderes reconheçam que, apesar de ser de longo prazo, o problema também lhes respeita, a questão coloca-se no plano da equação dos métodos capazes de prosseguirem os princípios consensualizados *a priori*. Mas quem diz poderes, está consciente da extensa panóplia dos mesmos – desde o político ao da comunicação, passando pelo económico, o judicial e o próprio poder do conhecimento. Neste conjunto, há poderes subordinantes e poderes subordinados. O económico é claramente hoje o que prevalece e é claro que o do conhecimento é apenas emergente como tal. Mas porque a sistemografia dos poderes é essencial para a compreensão da ordem mundial, qualquer que seja o estágio passado, presente ou futuro que questionemos, torna-se fulcral compreender o modo como as práticas discursivas dos seus protagonistas o denunciam. Tratando-se de encontrar as mutações que, na Europa, marcaram o ocaso da ordem bipolar do século XX e a emergência da nova globalização, escolheremos sucessivamente a mensagem de Delors, enquanto Presidente da Comissão das Comunidades, no seu célebre discurso “Dar uma nova dimensão à luta contra a exclusão”¹⁶ e a do acervo documental da Comunidade Europeia, onde traçamos uma rota de inteligibilidade do que possa estar em jogo no dealbar do século XX.

II.2. A consciência europeísta

A Europa, enquanto Comunidade das nações que hoje já envolve 25 países e cerca de 450 milhões de habitantes, nasceu com o intuito de conseguir assegurar-lhes bem estar, desenvolvimento solidário e paz, objectivos norteados pelos princípios da

¹⁵ <http://www.un.org/french/millenniumgoals>

¹⁶ J. J. Delors (1992).

coesão social e económica. A opção pelo conhecimento, sustentado na emergência e nas potencialidades das novas tecnologias de informação e de comunicação, é actualmente um dos traços marcantes do espaço da civilização norte ocidental que, no caso europeu, reveste uma especificidade própria. Na transição da era industrial para a “numérica” / digital, o velho continente era uma entidade em crescimento que participava da preocupação mundial com o choque petrolífero e com o atraso tecnológico dos países em desenvolvimento. A ONUDI (Organisation des Nations Unies pour le Développement Industriel) acabava de identificar então (1976) três domínios de ponta – os novos materiais e a microelectrónica, por um lado, e a engenharia genética e a biotecnologia, por outro, visando, em ambos os casos, a resolução prioritária das necessidades dos países em vias de desenvolvimento, quer na produção industrial, quer na agricultura e na saúde. Gangadhar S. Gouri¹⁷, olhando à época o modo de encarar a ciência e a tecnologia, articulava-a ao desenvolvimento industrial que resistira à crise do petróleo e reconhecia que o avanço nessa estratégia dependia mais dos desenvolvimentos científicos adequados do que do investimento de capitais financeiros. Mas já então a tecnologia se afirmava como um domínio estratégico em matéria de investimento dos capitais financeiros envolvidos nas relações económicas internacionais e os países desenvolvidos não davam mostras de alguma vez virem a abrir mão do controle destas.

Na política europeia, os anos noventa encontraram em Jacques Delors uma peça significativa da consciencialização do facto. A culminação, em 1992, do objectivo de integração do mercado único, implicara, a montante, precisamente no período entre 1985 até 1990, a criação de 9 milhões de empregos na Europa comunitária, contra cerca de 29 milhões criados nos Estados Unidos e 12 milhões no Japão. Apesar disso, seis milhões de empregados da indústria tinham sido despedidos em favor dos interesses da competitividade global. Essa foi aliás “uma década em que os jornais europeus falavam nos fazedores do lucro e do dinheiro, numa sociedade em que o símbolo de sucesso era uma mobilidade social avaliada pela capacidade de se ir mais longe que os progenitores”. Eram, ainda, tempos em que as profissões eram respeitadas pelos saberes especializados que outorgavam, situação que se alterou com a crescente valorização das que vieram a centrar-se na gestão e apropriação do dinheiro. “Hoje não é ainda possível determinar o grau de estragos causados por esta sobrevalorização do dinheiro e pela glorificação do sucesso material” afirmava o autor. Contra uma tal corrente, ele assumia o sentimento de que a Europa já então experimentava, no xadrez da pauperização crescente no planeta, a ameaça de um declínio ao qual só podia “obstar-se ganhando terreno na prevenção da exclusão social”, ainda que

¹⁷ <http://www.un.org/french/pubs/chronique/index.html>

equacionando essa prevenção no quadro do conjunto integrado das políticas comunitárias, abertas à relação com o mundo. **Em causa estava já o modelo social europeu e o seu objectivo da coesão social, com a consciência assumida do desgaste do processo democrático interligado à “erosão do tecido social”.** Ao elencar um conjunto de medidas vinculativas do maior envolvimento da Comunidade na luta contra a exclusão social, Delors subordinou-as à sua indispensabilidade, em face da incapacitação social que define a exclusão, aliás em preocupante extensificação, pois se estimava já em **340 milhões o número de pessoas afectadas no espaço comunitário.** Incapazes de terem parte activa na sociedade e de disporem de oportunidades para isso, os excluídos traduzem sempre a “erosão do tecido social” que afecta, em conjunto, a solidez da economia e do bem-estar social, numa dinâmica interactiva que resulta maioritariamente de três ordens de razões interligadas:

- a pobreza - em si própria um fenómeno cumulativo persistente, numa ordem mundial fortemente discriminatória das classes e das regiões subordinadas;
- as transformações e a desregulamentação do mercado de emprego agravada pela mudança dos padrões de emprego;
- a desagregação da prática das comunidades de pertença e da estabilidade familiar, que penalizam as gerações mais vulneráveis à precariedade que de ambas decorre.

Na ausência de respostas adequadas por parte das políticas públicas e sociais orientadas para o objectivo genérico da coesão social, o *link* do agravamento económico e societal, numa época em que o trabalho era ainda visto como forma estruturante da realização pessoal, residia na incapacidade económica de gerar o pleno emprego. Já então, os estudos sobre a pobreza e a exclusão social demonstravam que as pessoas nestas situações têm uma auto-imagem muito negativa, e numa época em que 46% dos desempregados a longo prazo, na Comunidade, eram jovens que nunca tinham obtido emprego, seria de esperar o seu envolvimento nas lógicas viciosas dos consumos alienantes e predatórios, quer da saúde, quer das expectativas de futuro. Por outro lado, quando a frieza das estimativas situava o desemprego em 7,5% para esse ano (contra a de 5%, dos anos setenta, e de 2,5% dos anos sessenta...), o número de engenheiros e executivos desempregados crescera na Europa para 22%, o que já indiciava uma nova dimensão da exclusão, implicada pelo ingresso de uma nova tipologia de actores do tecido social nesta categoria de referência.

Como Delors constata, “ao revelar-se incapaz de garantir a todos o acesso a todas as suas funções vitais, a sociedade perde o sentido da coesão social”, inscrevendo mesmo a erosão do sistema de segurança social, já então em perspectiva, no âmago do agravamento das crises económicas. **Será então possível a emergência de um novo modelo de coesão social que reequacione a posição do trabalho no sistema**

da identidade individual e no sistema de socialização que a insere na vivência do quotidiano e do próprio percurso da vida? É a grande questão.

“Eu penso – diz o autor - que esta problemática não pode ser desligada do problema do declínio da democracia, na medida em que prejudica a ideia que tínhamos da Europa e do sistema de decisão que lhe preside (...) Como se pode esperar que os cidadãos europeus mantenham um papel activo, quando a sociedade atravessa uma crise de identidade e os laços comunitários estão a desaparecer? E a qualidade da democracia de que a Europa se reivindica, o que significa quando se sabe que os alicerces dos nossos valores sociais estão a ser minados pela crescente força da exclusão social?”

II.3. A ameaça de declínio no horizonte

Seguindo de perto o texto de Delors, como o discurso mais elucidativo da consciência subjacente ao modelo social europeu, verifica-se pois a relevância que já à época se atribuía ao problema do desemprego, relacionando-o com uma estrutura económica ligada a padrões rígidos de comportamento laboral e de organização empresarial, **sem que** se autonomizasse a emergência de um terceiro sector de actividade económica, de vocação social, equacionando modos sustentáveis de organização e de retribuição do trabalho, embora no quadro abrangente da economia de mercado. Por seu turno, a estrutura produtiva tradicional em contexto de globalização, já então contava com mecanismos de mobilidade crescente de mão de obra e de capitais que racionalizam o lucro, sem necessidade de procurar soluções compatíveis com o objectivo comunitário da coesão social.

E é nesta tensão que se exprime a incapacidade de dirimir o dilema entre a solidariedade interna da Comunidade e a solidariedade externa perante o Terceiro Mundo. Delors exprime magistralmente a angústia perante o círculo vicioso que as une. “Será preferível lidar com a primeira em detrimento da segunda?” – questiona-se. “E, ao fazê-lo, deve abandonar-se o diálogo Norte/Sul? Não. E contudo ninguém pode sacrificar a solidariedade interna aos compromissos externos. O que está aqui em questão” – conclui – “é a capacidade de oferecer aos países pobres a oportunidade de se desenvolverem e encontrarem o seu lugar ao sol, mas, ao mesmo tempo, é também a necessidade de evitar que se destrua a nossa capacidade produtiva e os fundamentos sociais da coesão. A questão está aí: numa contradição que urge resolver, assumindo um compromisso que combine os dois desafios. Qual é a resposta? Esta é uma pergunta em aberto”.

E finalmente, eis-nos perante a questão da nova era: **“que uso está a ser feito dos avanços tecnológicos? O recente progresso tecnológico da Europa criou mais**

desemprego do que emprego. Computadores e electrónica, em particular, substituíram o trabalho não especializado e a **força de trabalho não especializado põe um problema na Europa actual (...), com impacto na exclusão social, agravada pela crescente prevalência do trabalho precário e pelo declínio da competitividade.** Se a Europa se resignar com o declínio económico, em dois ou três anos iremos sofrer ainda mais graves problemas de exclusão social do que hoje. Ainda não chegámos a esse ponto e resta assegurar que haverá sempre pessoas na Europa a ter uma visão de futuro”. Mas para já, assegurava então, **“o modelo social europeu está ameaçado interna e externamente** - ameaças externas no que concerne à inabilidade de adequação à nova ordem da divisão do trabalho, bem como ao facto de não existirem regras reconciliatórias da solidariedade interna e externa. Ameaças internas, relativamente ao facto de o modelo social, apesar de indispensável, ser **impotente, na sua forma actual, para superar o poder da exclusão social”**.

III - A sociedade da informação e a economia baseada no conhecimento

«L' Internet est en train de bouleverser le monde. L'Europe doit entrer dans l'ère numérique et faire reposer son économie sur la connaissance», *Para uma Europa do Conhecimento: A União Europeia e a Sociedade da Informação (Série a Europa em Crescimento)*

III.1. O mercado interno e as cartas magnas da regulação europeia

O conjunto de tratados instituidores da Europa, enquanto realidade política que evoluiu de simples comunidade reguladora dos interesses mobilizados pela exploração do carvão e do aço (CECA) até ao Tratado de Nice que define, desde 2001, a configuração actual da União, traçam o perfil da evolução que veio impondo o modelo dual e dilemático em que hoje se reconhecem 450 milhões de habitantes, identificados, pelo discurso europeu, como cidadãos de pleno direito face aos poderes. Na estrutura institucional da União, cabe ao Conselho produzir as linhas orientadoras fundamentais das acções deliberadas, num quadro de orientações estruturantes suficientemente flexíveis para que as instituições registem a sensibilidade às inflexões de rumo que se impõem, justificando, nessa dinâmica, a sucessão de actos revogatórios de disposições que caducam, e integradores das emergentes a que dão lugar. Entre 1975 e 2003, o

Conselho reuniu 77 vezes, produzindo o acervo de Conclusões que permitem encontrar os momentos chave de ajustamentos de rota, durante a época crucial da transfiguração da economia política de que emerge a globalização que hoje a confronta e já se prenunciava no discurso de Delors. Todavia, o que releva na análise de conteúdo dos documentos analisados, na perspectiva de registar as principais balizas de orientação – desde as Comunicações problematizadoras à deliberações institucionais e aos Planos de Acção concretizadores das iniciativas inovadoras –, é a vertente económica do modelo europeu e a emergência de uma **política** fundada na Informação e no Conhecimento, como linha de rumo da sua consolidação. Seguiremos de perto os textos que, sendo fundamentais para a análise desta problemática, anunciam a emergência de uma nova realidade no dealbar do século XXI.

No princípio, essa política relevava o número e a informação e chamou ao contexto de ambos Sociedade da Informação. O número significava dígito e o texto integrador das linhas de força desta sociedade¹⁸, identifica-a como emergente desde os anos 80, com base no lançamento, em 1984, do Programa ESPRIT (tecnologias da informação), imediatamente seguido, em 1986, por programas especificamente consagrados às aplicações telemáticas - visando prioritariamente as comunicações e o apetrechamento dos serviços básicos de saúde e de ensino para encurtarem distâncias entre as respectivas procuras em relação às ofertas. Com a política de telecomunicações lançada em 1987, o mercado das comunicações móveis veio a liberalizar-se a partir de 1996, na base da eliminação dos segmentos de mercados sujeitos a monopólio, com a integração do sector nas regras de concorrência.

Já em 1998, as instâncias comunitárias reconheciam a existência de um mercado electrónico sem fronteiras, em que o desenvolvimento de uma **sociedade de informação mundial** era já então fortemente impulsionada pelos Estados Unidos, com o potencial tecnológico japonês no horizonte. Com cerca de 100 países ligados à Internet, já então esta se anunciava como a segunda crosta terrestre, prevendo servir 250 milhões de utilizadores em 2000. Reconhecia-se que as comunicações constituam o sustentáculo da globalização, impulsionando as novas actividades económicas, vocacionadas para a nova realidade da entrada em linha e da navegação na rede. Neste âmbito, sublinhava-se que **“a política comunitária das telecomunicações está orientada desde o início para a plena realização do mercado interno e a liberalização da oferta de serviços e infra-estruturas”** e apelava-se para **“um método sustentado de coordenação, no qual os interesses dos sectores público e privado fossem**

¹⁸ “eEurope 2005: Uma Sociedade de Informação para Todos”, Comunicação da Comissão ao Conselho, Parlamento Europeu, Comité Económico e Social e Comité Económico, Bruxelas, COM(2002)

adequadamente representados, no âmbito de uma Carta Internacional que constituísse um entendimento multilateral, com vista à ubiquidade do **mercado electrónico mundial**". E porque a mutação industrial assente nas tecnologias da informação e das comunicações (TIC) são essenciais para a competitividade da indústria, do comércio e dos serviços, a prosperidade da Europa depende, pois, da rápida integração destas nas empresas europeias"¹⁹.

Assumindo a Internet como principal vector da estruturação da sociedade da informação, a Comissão delineou uma estratégia para encorajar a sua utilização, articulando três grandes objectivos:

- proporcionar a todos os cidadãos, residências, escolas, empresas e administrações, ligações em linha, e um acesso à Internet mais rápido, mais barato e mais seguro;
- criar uma Europa com espírito empresarial e a difusão da cultura digital através da Internet;
- construir uma sociedade da informação para todos, **sem exclusão social**.

Foi nestes termos que a política comunitária das telecomunicações se ajustou, desde o início, à plena realização do mercado interno que, ao longo da primeira década do seu lançamento (1992-2002), terá gerado 2,5 milhões de postos de trabalho e 164, 5 mil milhões de PIB adicional²⁰. Essa política fundou-se no desenvolvimento das novas tecnologias da informação e das telecomunicações que, desde 1990, estabeleciam as bases para a implementação de novos produtos, serviços e aplicações, utilizando um sistema (Global System for Mobile Communications - GSM), **cujas especificações técnicas, validação e ensaio foram realizados no quadro dos projectos de investigação comunitários**. Em meados de 2002, havia perto de 285 milhões de utilizadores deste sistema na UE, tendo a taxa de penetração das comunicações móveis no mercado quase atingido o nível de saturação (superior a 85%) nos quatro Estados-Membros economicamente mais fortes. Como resultado deste êxito na Europa, o sistema GSM impôs-se mundialmente, sendo utilizado em mais de 130 países.

III.2. A aposta no conhecimento

Apesar do êxito da fase inicial da revolução telemática, tornava-se já claro, desde 1999, que a política comunitária para a sociedade da informação necessitava de um

¹⁹ "A Globalização e a Sociedade de Informação", [http:// europa.eu.int/scadplus/leg/pt /lvb/ 124193.html](http://europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/124193.html)

²⁰ "Relatório de Implementação sobre a Estratégia para o Mercado Interno – Revisão de 2002 – Cumprindo a Promessa" Doc. da Comissão remetendo para COM (200) 171 de 11 de Abril.

novo dinamismo e de novas perspectivas que reflectissem nesse contexto a emergência da economia baseada no conhecimento, o que implicava a necessidade de uma coordenação flexível, mas eficaz, entre as políticas dos Estados-Membros neste domínio²¹. O objectivo fixado em 2000 na Cimeira de Lisboa, como estratégico para a próxima década - “tornar a Europa a economia baseada no conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo” estimulou o desenvolvimento tecnológico, através de uma grande iniciativa de financiamento - envolvendo a UE, empresas tecnológicas e instituições académicas -, para apoio a diversos programas de investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT). Todavia, ainda que tomando o mercado como a primeira das prioridades da construção da Sociedade da Informação, atenta às consequências que esta implica para todas políticas da União, o diagnóstico sobre as consequências da sociedade de Informação para as políticas da U.E.²², assumia-a já explicitamente em pé de igualdade com as restantes, como o demonstra o exame da sua discriminação.

Prioridades emergentes

- Investimento no futuro:

- visando a emergência de uma **“aldeia planetária da investigação”**, porque:
“A Europa necessita de redes de investigação de elevado débito para estar totalmente integrada no mundo internacional da investigação e do desenvolvimento”;
- reorientando a educação e a formação, através de um fórum da sociedade da informação que junta todos os sectores e grupos de interesses intervenientes com aposta na introdução da sociedade da informação nas escolas, este fórum considerou necessárias a revisão da educação e da formação, para que possam responder melhor às necessidades das novas indústrias;
- garantindo o desenvolvimento sustentável e a solidariedade intergeracional ao traduzir-se na consciência de que cada geração deve satisfazer as suas necessidades, sem empobrecer os recursos disponíveis, nem provocar uma degradação do ambiente que comprometa a vida das gerações futuras.

²¹ “O Espaço Europeu de Investigação . Um mercado interior do Conhecimento”, Bruxelas, Comissão Europeia, 2002 ([http:// europa.eu.int/comm/research/era/index_fr.html](http://europa.eu.int/comm/research/era/index_fr.html)).

²² “e- Europe 2005: Uma sociedade da informação para todos.” COM(2002) Comunicação da Comissão ao Conselho, Parlamento Europeu, Comité Económico e Social e Comité das Regiões, Bruxelas, 28.05.02.

- Primazia aos cidadãos:

- adoptando medidas activas que corrijam as distorções de acesso dos cidadãos à Sociedade da Informação aprofunda o diálogo político social e público sobre as questões levantadas no O Livro Verde “Viver e trabalhar na sociedade da informação: Prioridade aos cidadãos”;
 - protegendo os direitos dos consumidores no quadro do desenvolvimento das políticas da União Europeia ligadas à sociedade da informação encoraja a participação sistemática de representantes dos consumidores no processo de normalização e de consulta, como parte essencial do desenvolvimento de qualquer medida legislativa ligada à sociedade da informação;
 - garantindo os serviços do sector público, com reforço da coerência e intercomunicabilidade das redes de serviços públicos dos Estados-Membros abre ao acesso generalizado as informações públicas;
 - reconhecendo a diversidade cultural e a sua vantagem económica em termos patrimoniais através da elaboração de um quadro regulamentar coerente para os novos produtos, serviços e conteúdos; da relevância da indústria audiovisual garantida por iniciativas sequenciadas nos programas MEDIA II e INFO 2000.
- Aceitação do desafio mundial**, designadamente através da definição de regras de: participação na Organização Mundial do Comércio; cooperação com a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) e do Mediterrâneo; apoio aos países em desenvolvimento no que concerne ao acesso à Sociedade da informação.

IV - O “Conhecimento” entre as vertentes da Economia e da Sociedade

“A Europa possui actualmente a rede dorsal de investigação mais rápida do mundo” – *e-Europe 2005: Uma Sociedade de Informação para Todos*, Comissão das Comunidades Europeias, COM(2002), Bruxelas, 28.05.2002.

IV.1. A reorientação epistemológica

No quadro desta postura e das deliberações das Cimeiras de Lisboa e da Feira, as metas fundamentais a alcançar pelos Estados-Membros, a partir das políticas nacionais e europeias, reforçadas e complementadas segundo o princípio da subsidiariedade,

enformam a **iniciativa** “ eEurope - uma sociedade da informação para todos”. A UE propõe-se assim explicitamente imprimir dinamismo político à sociedade da informação, regulando-o através dos planos de acção eEurope 2002 e eEurope 2005 que abrangem sucessivamente as seguintes prioridades:

No âmbito do eEurope 2002	No âmbito do eEurope 2005
Proporcionar uma Internet barata, rápida e segura	Ambiente dinâmico para os negócios electrónicos («e-business»)
Investir nas pessoas e nas qualificações	Infra-estrutura de informação segura
Estimular o uso da Internet	Acesso em banda larga a preços concorrenciais
	Serviços em linha abertos à inter-acção com os cidadãos, no plano da governabilidade e no do ensino

Em suma, sucedendo-se ao plano de acção 2002, que se centrava sobretudo na extensão da conectividade Internet na Europa, o novo plano de acção, aprovado pelo Conselho Europeu de Sevilha em 2002, visa traduzir essa conectividade por um acréscimo da produtividade económica e uma melhoria da qualidade e da acessibilidade dos serviços, em proveito do conjunto dos cidadãos europeus, apoiando-se numa infra-estrutura em banda larga, de débito elevado, protegida e disponível à procura possível. A isto se alia um **objectivo transversal de acesso para todos, a fim de lutar contra a exclusão social**, na dimensão digital, esteja ela ligada a necessidades particulares, a uma deficiência, à idade ou à doença.

O relevo dado a estes temas, introduz, no curso das orientações dos anos noventa, uma reorientação epistemológica que a Cimeira de Lisboa consignara, em 2000, ao assumir a expressão Sociedade do Conhecimento e ao avançar, no quadro metodológico da rede de actividades que a institui, o método matricial aberto à concertação interpares, nos múltiplos processos cognoscentes da construção europeia.

A partir de então todas as Resoluções se encaminham para a transversalidade nas acções de prossecução dos objectivos da U.E.. A modernidade avançada prosseguida por eles, reporta-se para isso à organização de dois domínios fulcrais da inter-acção dos poderes com os súbditos, progressivamente designados por cidadãos: o governo electrónico e a aprendizagem a distância, garantidos por interoperabilidade, conceito que designa a capacidade de dois utilizadores/programas (um cliente e um servidor,

por exemplo) intercambiarem e interpretarem as informações que permutam, num quadro de entendimento comum. É o tempo de decidir trazer as inter-acções virtuais à operacionalidade do quotidiano, de avançar na desterritorialização deste e de potenciar a prevalência das comunidades virtuais sobre as directas. É o mundo novo do teletrabalho, da teleaprendizagem, do teleprazer. É uma nova oportunidade para o desenvolvimento e aplicação tecnológica dos saberes, dos ócios e dos negócios.

IV.2. Das comunicações às aprendizagens na rota do conhecimento

De facto, as novas perspectivas de desenvolvimento europeu só são possíveis se as infra-estruturas tecnológicas permitirem uma utilização sempre mais intensiva dos novos meios de comunicação, o que implica alterações ao sistema tarifário, de modo a tornar mais apelativa a utilização da Internet, mas também a consciência do carácter fungível dos saberes e a necessidade de novas descobertas que os refundam, investindo nas qualidades da criatividade e da inovação, suportadas pela prática, pela consciência reflexiva e pela reflexão científica. Mas, em qualquer caso, avançar com uma estratégia global de acções específicas destinadas a “preparar a sociedade e a economia europeias para os desafios da Sociedade da Comunicação”, implica apostar num estágio intermédio que a Comissão designa por **Sociedade da Informação e do Ensino** - vocacionando-a para preparar os destinatários a *aprender a aprender* com a tecnologia e a orientar o sistema educativo para as novas necessidades do mercado de emprego. Por isso, o Conselho de Colónia decidiu conectar o mais rapidamente possível todas as escolas europeias à Internet, prevendo que até 2002, os estudantes tivessem pleno acesso à aprendizagem da navegação na rede, o que implica a observância de uma política de formação e requalificação contínua em NTIC para os professores, de forma a redefinir-lhes o perfil pedagógico, ao atribuir-lhes o papel de mediadores no processo de aquisição de novas competências, por iniciativa discente. É a aurora da Sociedade Digital.

A iniciativa eLearning instituída em 2001, aponta-a ao inscrever-se:

- no quadro do Plano de Acção Global eEurope – Uma Sociedade de Informação para todos –, que “tem por objectivo permitir à Europa explorar os seus pontos fortes e ultrapassar os entraves a uma integração e utilização acrescidas das tecnologias digitais”;
- no quadro do Relatório sobre os objectivos futuros concretos dos sistemas educativos”, aprovado pelo Conselho em 2001, que identifica as tecnologias da informação e da comunicação como um dos vectores do aumento de qualidade e eficácia dos sistemas de educação e formação, de modo a

contribuírem para a promoção dos objectivos de empregabilidade, com investimento no acesso de todos à educação e à formação ao longo da vida, bem como na conexão dos sistemas de educação e formação nacionais aos do mundo;

- no quadro da adaptabilidade da Estratégia Europeia de Emprego, na medida em que se espera que nos próximos dez anos metade dos empregos sejam criados nas indústrias produtoras e utilizadoras intensivas de TIC, importando preparar os futuros trabalhadores da União para o ambiente Sociedade de Informação e antecipar a adaptação e a reconversão dos actuais trabalhadores.

É assim possível ao plano de acção 2005, centrado na implantação de um acesso em banda larga a preços concorrenciais, apostar no desenvolvimento extensivo das tecnologias da informação, identificando, como entidades difusoras dessa política, as colectividades públicas (através da administração pública em linha) e o sistema de aprendizagem em linha, desvinculada da proximidade docente. Em ambos os casos, é imperioso garantir o livre acesso à potencial procura e atribuir a esta capacidade de iniciativa na identificação do que pretende e dos recursos e vias que deverá mobilizar. Daí a coerência intrínseca dos programas «**e-government** e **e-learning**» que definem as propostas registadas no primeiro dos pilares eEurope.

Assumido entretanto como segundo pilar, o programa Tecnologias da Sociedade da Informação (IST) abrangeu todas as actividades de investigação nas TIC desde 1999-2002. Contribui cada vez mais para o desenvolvimento de tecnologias e aplicações conviviais em todas as áreas abrangidas pelo plano de acção - segurança e privacidade, educação e formação, acesso para idosos, doentes e deficientes, comércio electrónico, administração em linha, saúde em linha, transportes inteligentes, etc. – mas também se articula aos programas-quadro que assumem o conhecimento como a nova energia de um desenvolvimento económico-social, ambientalmente sustentável. As Conclusões do Conselho de Lisboa (2000) equacionam nesse sentido uma estratégia integrada, “combinatória da competitividade e da coesão social”, baseando a economia no conhecimento incorporado em **crescimento económico sustentável, mas também na modernização do modelo social europeu, com investimento nas pessoas e no combate à exclusão. Dar prioridade à inovação e à investigação** – transformando as ideias em mais valia real – será assim a prioridade vectorial de todas as outras finalidades, consideradas na mesma ordem de prioridades estratégicas: **o reforço do mercado interno** – com planos de acção plurianuais, integradores de iniciativas em rede, relevando as interconectividades no plano da energia, telecomunicações, transportes e serviços – **a protecção ambiental** – como campo catalisador da inovação,

nos sectores chave da energia e dos transportes – e o aumento da coesão social e da empregabilidade – com incentivos à participação dos trabalhadores no mercado de emprego, inclusividade deste e formação ao longo da vida, para que a empregabilidade se converta em emprego, de modo sustentável. No plano operacional, continuam assumidas as grandes apostas no e-government e no e-learning.

Recuperando assim o modelo dual europeu, na pujança pela qual Delors se pronunciara, a Estratégia de Lisboa tomou como áreas-chave da implementação interactiva das políticas europeias norteadas por tais finalidades:

- uma direcção coerente, com suporte no método aberto de coordenação, baseado na aferição *benchmarking* das iniciativas nacionais, reportadas às da Comissão (e-Europe);
- uma economia impulsionadora de novos bens e serviços, com suporte digital, e o fomento da competitividade e da inovação como fundamentos;
- uma sociedade emergente, com suporte no direito às opções individuais e ao pleno emprego.

A essa sociedade emergente poderemos chamar **Sociedade do Conhecimento**, a partir do momento em que se encontre devidamente habilitada a usufruir deste, o que implica dar um novo conteúdo à luta contra a exclusão daqueles que, por princípio económico e político, não lhe têm tido acesso. Até lá, poder-se-á optar pela última das consignas de que a Europa também se tem valido: uma sociedade baseada no Conhecimento – que se serve das Comunicações e das aprendizagens dos vários saberes que por ela circulam, em registo científico, tecnológico, digital ou do senso comum, sempre questionados por quem de direito, que será sempre o seu utilizador habilitado pela educação formal e pela sensibilidade à cultura digital.

IV.3. Os Programas-Quadro para o mercado interno do conhecimento

Dos sucessivos Programas Quadro de I&D, que estruturam a regulação europeia desde meados dos anos 80, impõe-se-nos por isso considerar os que fundam a transição para a nova era.

O 5º Programa-Quadro (1999-2002), estrutura a sociedade da informação nos domínios-chave da tecnologia, infra-estrutura, serviços, aplicações e conteúdos. Todas as actividades de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração (IDT), anteriormente dispersas em programas distintos, foram agrupadas, em coerência com o princípio de que o progresso tecnológico é o núcleo duro da Sociedade da

Informação. Mas a articulação entre a investigação e desenvolvimento em TIC e as outras políticas comunitárias começa então já a contar com as ciências sociais como dimensão estratégica complementar.

Todavia, é o 6º Programa-Quadro (2002-2006), adoptado em Junho de 2002, que se centra pela primeira vez nas dinâmicas edificadoras do **Espaço Europeu de Investigação e de Inovação** (EEII), em que se aplica o método aberto de coordenação, como condição do apoio ao financiamento de projectos integrados e das redes de permuta e partilha de práticas científicas, enquanto se fomenta paralelamente a cooperação dos organismos intergovernamentais nas actividades destinadas a reforçar o envolvimento das empresas na inovação e na investigação. Adoptado pelo Conselho Europeu de Lisboa em 2002, responde à consciência do atraso da Europa relativamente aos E.U.A. e ao Japão, apesar se reconhecer como pólo científico que reúne perto de 1/3 dos conhecimentos científicos mundiais, designadamente nas áreas da ciência da vida e do ambiente e na física das partículas, em cujo laboratório (CERN), criado em 1954, funcionam hoje mais de 700 cientistas, incluindo a equipa informática que terá estado na origem da *world wide web*, em 1990. Actualmente, a equipa empenha-se no desenvolvimento do GRID, rede de grande débito que se propõe substituir a Internet na gestão das massas de dados acumuladas pela informática científica e tecnológica, como condição de racionalidade e eficiência na utilização destes. Uma vez que “a dificuldade de traduzir os progressos científicos em produtos e processos largamente comercializáveis reduz a rentabilidade da investigação e a afasta portanto dos capitais de risco.... o mercado europeu de oferta e procura dos conhecimentos e dos desenvolvimentos tecnológicos está ainda largamente por criar. O seu desenvolvimento e funcionamento necessitam da definição de uma verdadeira política europeia.”²³

Também a importação de conceitos da economia pura para o domínio do Espaço Europeu de Investigação e Inovação - como o de **infraestrutura**, aplicado ao domínio cognitivo, ou o de **valor acrescentado**, enquanto sinónimo do princípio da subsidiariedade, segundo o qual a UE completa as iniciativas empreendidas pelos Estados-Membros, cobrindo custos, combinando competências, extrapolando impactos em ambiente transnacional - confirma a relevância do vector economicista na identificação do próprio espaço da actividade. Mas, pela primeira vez, um Programa-Quadro reconhece que a investigação faz recuar constantemente as fronteiras do possível e é por este motivo que a investigação sobre a própria orgânica da Sociedade da Informação passará a ocupar um lugar central nos Programas-Quadro de

²³ “De Corfu a Dublin, as novas prioridades (<http://europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l2000.html>)

Investigação e Desenvolvimento, vocacionando-se para integrar como uma das suas prioridades – a 7ª – uma área orientada pelas ciências sociais e as humanidades. Esta área designa-se por “Os cidadãos e a governação na sociedade europeia do conhecimento” e é assumida em paridade com as restantes: ou sejam, o genoma e biotecnologia para a saúde; as tecnologias para a sociedade da informação; as nanotecnologias, os materiais multifuncionais e os novos processos de produção; a aeronáutica e o espaço; a segurança alimentar e os riscos para a saúde; e o desenvolvimento durável.

Todas estas áreas envolvem a produção de saber que remete para a investigação fundamental, geralmente integrada no ensino superior, articulado ou não a outras instituições da esfera económica. É política da Europa estimular uma tal articulação e, por outro lado, a transversalidade de pesquisas por várias entidades que conduzam actividades de investigação interconectáveis, independentemente do seu perfil e dispersão geográfica. Estão assim emergindo redes associativas a partir da adesão das universidades e entidades congéneres a uniões propícias ao enquadramento de projectos de investigação apoiados pelo EEII. O que se espera é que esta investigação seja de interesse reconhecido pela opinião pública, a sociedade, os cidadãos, os consumidores de informação e de conhecimento. Aqui temos pois o conhecimento, como *outcome* e *output* de um processo produtivo, em que também intervém como matéria-prima, energia e estratégia. Não é bom nem mau que assim seja. É simplesmente assim.

V - O conhecimento enquanto direito social

O modelo social da Europa é original, na medida em que a sociedade europeia é a única que se assumiu como capaz de conciliar, como virtudes, a economia de mercado, a intervenção do sector público e o diálogo social (*Delors, ob.cit.*).

V.1. O modelo social europeu no universo das teorias económicas e sociais

A filiação do modelo social europeu na perspectiva de Adam Smith parece-nos clara. Dista do mesmo modo que esta da economia do “manual moderno”²⁴ – que se lhes impôs nas regras da globalização, resguardando-se de imperativos morais pelo critério positivista da separação entre a racionalidade da ciência económica e o questionamento ético, problematizável *apenas* em registo de entendimento filosófico. A exploração ideológica da individualidade, expressa por individualismo, sublinhou a perspectiva do racionalismo mecanicista, operacionalizador da maximização do interesse na explicação que, em tese, este merece às ciências sociais e à prática política dominante da globalização, já que esta justifica a desigualdade como naturalização do direito do mais forte a fazer valer os interesses próprios, com alheamento dos restantes. Pelo contrário, a teoria económica que subjaz ao modelo social europeu, parte de um princípio de articulação dos interesses aos valores, o que aponta para uma nova perspectiva de racionalidade, filiada nos postulados da articulação dos fundamentos racionais e emocionais do raciocínio.

As neurociências fundamentam nesse quadro a constatação “damasiana” do erro de Descartes, no qual o positivismo se escora, reconhecendo pelo contrário à ciência de projecto “direitos de cidade” que remetem para a equação e operacionalização dos sistemas complexos, a partir do reconhecimento e modelização da complexidade que desafia a compreensão do observador. Enquanto a “ciência normal” assume uma operacionalidade recessiva, já que cada vez menos os fenómenos apresentam características que os situem na linearidade descritora de uma harmonia apreensível, a ciência de projecto articula-se cada vez mais à problematização dos fenómenos caóticos do desenvolvimento, que chamam, ao terreno da formulação dos objectivos, o próprio senso comum que emerge das vivências quotidianas das práticas sociais.

²⁴ J. M. Castro Caldas (2003), pp. 118-128.

²⁵ Idem, *ibid.*

É neste contexto que o conceito de comunidade se reifica, enquanto estrutura de laços entre seres que a reconhecem como contexto significativo da sua identidade. Na “teoria económica de manual” – o manual da globalização – a comunidade é um conceito que lhe preexiste, relegado para exprimir “facetas da vida humana que a economia não estuda”²⁵. E, no entanto, ela move-se... Situe-mos então o conceito de comunidade no “ponto de fuga” de um registo científico transversal que chame à problematização do modelo europeu as várias teorias sociais que se articulem no entendimento da sua complexidade, chave da próprio entendimento do modelo europeu. E entendamos, com Boaventura Sousa Santos (1989) e João Caraça (1994), que o conhecimento tem vários registos e dois campos de pertença: o da ciência e o do senso comum e que a sua inter-acção pode ser produtiva, se acautelada por objectivos clarificadores das suas sinergias. Para isso, é fundamental que a ciência não pratique o epistemicídio dos outros saberes, assumindo que a equação dos vários registos em presença num questionamento complexo, faz parte das suas incumbências. Entre elas, o de habilitar a cidadania a lidar com os desafios que se lhe colocam e que ela coloca aos interlocutores que a chamam aos novos espaços de aprendizagem e de governação - para partilharem responsabilidades no mercado interno do conhecimento e na esfera das decisões que se lhe abre, mas também para que o desenvolvimento sustentável passe pela dimensão humanista e seja primordialmente social e cultural. Reconhecê-lo significa que o acesso ao conhecimento faz parte dos direitos humanos e sociais e que um capital humano de qualidade será aquele que combine, com a operacionalização de competências indispensáveis ao desempenho económico da sociedade, o potencial de capacidades envolvidas no livre arbítrio com que se perfilha uma cultura de responsabilidade e de prevenção de riscos.

V.2. O conhecimento entre os poderes

O corolário do que fica dito é o de que a cidadania pressupõe uma **dimensão de empoderamento** que implica o cidadão no processo produtivo do poder. Mas, ao contrário do que parece ser o entendimento dos políticos com responsabilidade no exercício deste, seja ou não à escala da Europa, a cidadania não é um modo tendencialmente espontâneo de ser e de estar em sociedade. Exige condições para ser conscientizada, assumida e exercida, na teia dos laços que prendem um ser humano a cada um dos outros e a todos em conjunto, seja em comunidades tradicionais ou, pelo contrário, virtuais.

O poder é político quando define e enquadra estratégias de desempenho de projectos multidimensionais, com impacto nas vivências colectivas. É ao poder político que cabe formular aquilo que o distingue dos restantes, através das políticas públicas

que especificam os serviços utilizáveis por todos e cuja instituição aliás compete a essa forma de poder. Numa sociedade democrática, de perfil europeísta, as políticas públicas, qualquer que seja a estratégia de que o(s) poder(es) se sirva(m), no modo de concretização dos mais variados serviços prestados aos cidadãos ou por eles reclamados, implicam, por um lado, a sociedade civil nas esferas de actividade que as subscrevam e, por outro, os cidadãos a que explicitamente se destinam, quer na vertente dos *output* dos processos publicamente desencadeados para as levar por diante, quer na vertente de equação e prossecução do próprio processo.

A cidadania pode ser encarada pela perspectiva da regulação ou pela da emancipação. **O denominador comum de ambas passa pela disponibilização de plataformas de intercomunicabilidade, virtuais ou não, entre a oferta e a procura de informação, com garantia do respectivo retorno ao processo de regulação, de acordo com os propósitos prosseguidos.** No campo virtual, a sua operacionalização conta com os pilares essenciais da governação e da aprendizagem em linha, alegadamente facilitadores das procuras sociais que envolvem e da economia dos recursos humanos, empregues no seu acolhimento. A Internet é a sua matriz. A rede de pontos de intercomunicabilidade dispersa por territórios sem fronteiras, constitui o seu paradigma distributivo. A retracção do emprego, derivada da economia de recursos que gera, constitui o seu mais instantâneo desafio para as pessoas, para os investigadores e para a própria Europa, que assume, perante o mundo, a responsabilidade de não abdicar desse objectivo, como vector do seu próprio modelo.

Em todo o caso, saber lidar com os instrumentos da política pública adoptada para a intercomunicabilidade dos poderes com os cidadãos é o desiderato de partida da inclusão no processo. A Europa assumiu a parte tecnológica, relevando como propósitos de curto prazo:

a) No que respeita à instalação de modernos serviços públicos em linha («e-government»):

- adoptar, até ao final de 2003, a exploração do conceito de **interoperabilidade**, com vista a facilitar o fornecimento de serviços pan-europeus de governo electrónico aos cidadãos e às empresas;
- assegurar, até ao final de 2004, **serviços públicos interactivos e acessíveis** a todos, via redes de banda larga e acessos em plataforma múltipla (telefone, televisão, computador, etc.);
- equipar todas as administrações públicas de **ligações em banda larga** até 2005
- garantir a celebração, até ao final de 2005, da maioria dos **contratos públicos** por via electrónica;

- facilitar o acesso de todos os cidadãos aos **pontos públicos de acesso à Internet (PPAI)**.
- b) No âmbito da **iniciativa eLearning**, como incremento da dimensão electrónica na educação e na formação:
 - **acesso em banda larga** à Internet, até 2005, para todos os estabelecimentos de ensino e universidades;
 - disponibilização às universidades, para o final de 2005, de um **acesso em linha aos estudantes e investigadores**;
 - lançamento pela Comissão, para o final de 2003, de acções de investigação sobre a instalação de redes e plataformas informatizadas, fundadas em infra-estruturas de cálculo de elevado desempenho;
 - lançamento, pelos Estados-Membros, com o apoio dos Fundos Estruturais, de acções de formação que visem dotar os adultos das competências necessárias para o trabalho na Sociedade do Conhecimento.

Este último é um objectivo nuclear do alargamento extensivo da utilização das TIC, dado que a iliteracia digital sublinha, na nova era, a estratificação de competências herdadas da antiga estrutura de classes. Como há vinte anos, o “acesso à Internet está ainda marcado por profundas desigualdades de carácter geográfico e social. Os países do Norte da Europa apresentam um número de utilizadores e de conexões a Internet muito mais elevado que os do Sul. As categorias sociais que utilizam a Internet com maior frequência são as mais abastadas, com predominância do sexo masculino”²⁶, ainda que actualmente só nos estratos extremos da pirâmide social. Mas, em qualquer caso, os atavismos ligados ao carácter diferencial do desenvolvimento económico, social e humano, reforçam-se com as dinâmicas de precarização social que passam pelo desemprego, pela desregulação económica e pelos impasses políticos dos relançamentos tentados.

De qualquer modo, edificar a cidadania exclusivamente sobre a plataforma tecnológica, será sempre restringi-la aos estreitos limites da regulação. Se há uma via a explorar contra uma tal situação, é a da construção de uma cidadania activa que, em sede de autodesenvolvimento, sirva de estímulo a uma nova ergonomia relacional, emancipatória face aos poderes e inovadora nos registo produtivos dos saberes chamados ao terreno.

²⁶ Jacques Delors (1992).

VI - Para uma cidadania activa e inclusiva

“ Combatendo-se a pobreza política, a sociedade planetária indagará por outro sistema produtivo, onde o mercado esteja ao serviço da cidadania” – PEDRO DEMO, *Política Social do Conhecimento. Sobre futuros do Combate à Pobreza*, ed. VOZES, Petrópolis, 2000, p.80

VI.1. Uma política pública para o conhecimento

Como noutro lugar dissemos, desenvolver capacidades e competências individuais e sociais em registo de atitudes de convivência e de exigência, nesses registos, são as dimensões nucleares da cidadania activa. Ser cidadão passa então a significar ter direito a protagonismo e responsabilidade partilhados nesse âmbito, o que comporta o usufruto dos seus direitos sociais – incluindo o direito à cidade e à fruição do seu ambiente – e civilizacionais – que os projecta na perspectiva global dos problemas vividos. E quem pode ser cidadão? Todos, em teoria. Só que esta não é uma boa teoria, uma vez que a vida a não prova. Veja-se o exemplo do exercício do direito ao planeamento participado que, tanto quanto parece, ocupa muito menos de 1% dos potenciais utentes dos seus resultados. E os outros? Porque se excluem? Porque são excluídos no próprio processo da vida, num funcionamento societal que nem a escola – mesmo assumida como escola de massas e hipótese de caminho para a mobilidade social – não tem conseguido contrariar, provando não ser parte da solução para o problema da exclusão social, mas sim parte dele. É neste quadro que a preparação para a cidadania não pode ser apenas uma missão da escola, pese embora o facto de ter sido a ela que a missão foi atribuída, em sede dos programas europeus de educação Sócrates, atentos às perspectivas emergentes da escola moderna. Mas mesmo admitindo as correcções pontuais que ocorrem, educar para a cidadania não abarca a mole imensa de excluídos do seu exercício, que são precisamente aqueles que a abandona(ra)m ao longo do frustrante percurso que nela empreenderam.

Logo, é no quadro dos Programas Leonardo e Grundtvit²⁷, que uma tal equação poderá ter a sustentabilidade que permita o questionamento, ponderação e produção de uma política pública, enquanto domínio de inter-acção em que se consubstanciem

²⁷ *Uma porta aberta à educação, Programa de Acção Comunitário em matéria de Educação* (200-2006), Bruxelas, Comissão Europeia, DGEC.

as funções de participação e de peritagem, mobilizando para o conhecimento objectivo das questões que se coloquem na praça pública, respectivamente:

- o cidadão – que reivindique o direito de participar na definição, implementação e condições de enfoque da referida política, em ordem a adequá-la aos seus interesses e valores, no quotidiano e nas perspectivas que o confrontam;
- o perito – chamado a investir o seu saber-fazer, na trajectória do poder de definição, implementação e uso da política pública a que uma proposta se destina;
- o formador e o investigador – que, a montante, articulam os saberes fundamentais aos assimiláveis e aos aplicáveis e, a jusante, ponderam os resultados e inserem-nos na base do conhecimento produzido e reintegrável noutras aplicações.

Esta distinção não impede que a peritagem, a formação e o exercício da investigação se sintonizem com o exercício da cidadania, porque não cerceia ao perito, ao formador e ao cientista a dimensão de cidadão, desde que a assumam. Mas a discussão e o questionamento da política pública no decurso do processo da sua produção, enquanto função da cidadania, compete aos indivíduos e às suas comunidades e grupos de pertença ou de opção, enquanto sujeitos portadores de projecto de vida e de sociedade, próprios e independentes da configuração que deles façam os poderes e os respectivos programas. A cidadania é por isso a função de resistência à violência simbólica de que se reveste qualquer poder, seja qual for o grau em que se exprime, embora este grau dependa do tipo de poder perfilhado.

Em todo o caso, um “serviço público” aberto à participação, questionamento e ponderação independente dos cidadãos, contrapõe-se à lógica da “dominação”, implícita ao exercício da violência simbólica, inscrevendo-se antes num modo de exercício democrático do poder, ponto de honra do projecto europeísta. Mas não basta para isso poder aceder-se às infraestruturas tecnológicas que as iniciativas Internet distribuem pelas colectividades locais da Europa. É preciso que as infraestruturas que enquadram o conhecimento, se habilitem para a formação em exercício de todos os que pretendam resolver a multiplicidade de aspectos que constituem o ambiente sistémico do problema trazido à plataforma de intercomunicabilidade que se lhes faculta. E esse é, quanto a nós, o desafio de edificação de uma Sociedade do Conhecimento. Por um lado, porque o exercício livre de funções do interesse geral por cidadãos, no quadro do princípio da subsidiariedade, é uma forma de reorientar a governabilidade para o interesse público. Por outro lado,

porque só privilegiando as pessoas e as suas iniciativas, como condição de garantia da coesão social, o conhecimento pode ser um direito de todos, além de energia, output e outcome dos processos produtores de informação e de comunicação que, constituindo uma das dimensões nucleares do ambiente que nos rodeia, é a dimensão da nova era que desafia o mercado interno europeu.

VI.2. O vector da economia social

Para que o cidadão se habilite a produzir “o discurso pragmático do consenso possível”²⁸ com o discurso formal dos especialistas, é fundamental facultar a todos, como horizonte, uma plausível capacidade de participação na “*res publica*” e uma perspectiva de inclusão social para os que dela careçam, cujo eixo seja o emprego do tempo em trabalho útil para si próprio e para a comunidade que integrar. As estatísticas nacionais e internacionais confirmam, como “quadratura de círculo”, a dificuldade em dar o mesmo peso ao mercado e à sociedade na concretização da política europeia. Com oscilações que traduzem as diversas leituras que os países têm feito, conforme os regimes políticos, da explícita intenção de salvaguardar direitos dos trabalhadores à estabilidade do emprego, a verdade é que esta não resiste à nova ordem económica de uma globalização incontornável para o próprio modelo europeu. Por outro lado, a permeabilidade do mercado de emprego aos ingressos de novos trabalhadores, verifica-se quase sempre em condições que não erradicam as tendências de exploração dos recursos humanos mais precarizados pela pobreza e pelas várias iliteracias que se cruzam nos nossos dias. A esperança passa pela aposta numa economia social que, ainda que imatura, se possa constituir em processo de reorganização de um capital de perfil adaptado aos desafios da inclusão, trabalhando em favor desta dinâmica, a área marginal às estruturas vinculativas do contrato social que, na ordem económica dominante, regulamentam a dicotomia entre o capital e o trabalho. Comportando as variadas formas de cooperativas, mutualidades, associações, fundações, organizações de solidariedade diversas, as entidades da economia social assumem-se como produtoras de valor acrescentado de perfil social, na base da contratualização de projectos partilhados entre utilizadores, promotores e mediadores de agências, que, emergindo da periferia do sistema económico, interferem nos domínios financeiro (da banca aos seguros e fundos de pensões), da previdência, da assistência social e da saúde, bem como nos sectores do consumo e do comércio, da habitação social e da cooperação produtiva e distributiva. E assim como a economia do conhecimento, na sua interoperacionalidade virtual, se alimenta de um subsistema da sociedade que

²⁸ J. Habermas (1989).

designa por Sociedade da Informação/da Comunicação/Cognitiva/Digital, reproduzindo velhas e novas exclusões sociais, a economia social, na sua disseminação territorial, pode articular-se produtivamente ao subsistema de sociedade que for capaz de gerar formas de inclusão, a partir de uma rede de aprendizagens mobilizadoras dos recursos dessa mesma Sociedade da Informação/ da Comunicação/ Cognitiva/ Digital, mas em benefício do subsistema que, complementando-o ou desafiando-o, erija com ele a Sociedade do Conhecimento, nos termos que permitam que ele próprio suporte técnicas inovadoras de inclusão social. Uma globalização de sinal produtivo não pode deixar de passar por aqui.

Conclusão

“ Qual a resposta? Esta é uma questão em aberto”, *Delors (1992)*

Digamos então, com Delors, que, sendo a exclusão social um fenómeno multidimensional que afecta toda a sociedade europeia, eis que hoje desafia a sua história, os seus valores, a sua coesão e o seu futuro a encontrarem uma saída política inovadora que supere as condições que a explicam. Para isso será central colocar a coesão social e económica à cabeça dos objectivos comunitários, ainda que, a mais curto prazo, se não abdique das medidas específicas que, com carácter de urgência, combatam outros riscos eminentes que os desafios actuais da globalização comportam. E estes desafios são: a construção da igualdade de oportunidades em todas as frentes em que se jogue a dicotomia centro/periferia, seja à escala da Europa, seja à escala da organização interna dos países; o combate pela competitividade às mesmas escalas; a fluidez da mobilidade dos capitais e dos trabalhadores, em busca de empregos cada vez mais fungíveis; e a racionalização e financiamento de iniciativas que subordinem todos esses combates ao objectivo nuclear e bidimensional da coesão.

Nesta perspectiva, impõe-se a articulação de iniciativas propulsionadas por diversos instrumentos da UE - como O FSE e FEDER - , em sede de problematização e acção orientadas no quadro do Espaço Europeu de Investigação e Inovação e no da educação ao longo da vida, o que requer aprendizagens metodologicamente eficazes. Mas a saída inovadora para isso passará pela construção de uma rede de cidadania activa e inclusiva que combata a exclusão no terreno do conhecimento e das práticas sociais, e situe, no plano de uma economia social relevante, a equação de novos vectores da investigação, formação e trabalho que se adequem à resolução dos quotidianos. Isto significa passar da Sociedade da Informação para a do Conhecimento:

- investindo o conceito de cidadania no processo de reversão da exclusão social em inclusão e praticando a cidadania:
 - a) como direito social
 - b) como bem público
 - c) na produção de recursos humanos para o Desenvolvimento;
- reconfigurando o processo produtivo a partir do tecido social através de:
 - a) apropriação dos instrumentos da Sociedade da Informação no processo de inclusão social
 - b) investimento no território comunitário da economia social, como matriz de inclusão;
- edificar, como fonte de renovação e de reconstituição económica, o alargamento extensivo:
 - a) da produção de bem-estar
 - b) da intervenção pró-activa no ambiente.

E este é todo um enquadramento por programar, no âmbito da investigação e de uma educação superior ao serviço da cidadania, que parta de princípios teóricos e de práticas de pesquisa adequadas à prossecução da 7ª prioridade do 6º Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento. De facto, o lado cidadão da governação, qualquer que seja a escala em que esta ocorra, é um tópico relevante para uma investigação teórica de base sociológica, desde que se reflecta em experiência que a concretize. A governança pode ser definida como um processo transformador das funções governativas, transferindo-as dum estado central para um processo multicentrado de elaboração de políticas públicas. Neste sentido, uma política é o resultado duma inter-acção entre agentes públicos, privados, sociais e a cidadania pode ser assumida como exercício de poderes e de responsabilidades por parte dos cidadãos. Uma cidadania activa implica, pois, a capacidade de auto-organização dos cidadãos, numa multiplicidade de formas para mobilização de recursos e exercício de poderes orientados para a prossecução de bens públicos, como sejam a estabilidade social e a revitalização do sistema político.

Todavia, a cidadania activa não é uma forma espontânea de estar em sociedade, porque apela a condições para dispor do conhecimento que permita assumir relações interactivas, norteadas por tais objectivos. Um tal conhecimento requer condições para que se aceda a fontes de informação estratégica, cujos desideratos exigem suporte de um serviço adaptado a este fim, com base em funções associadas à emergência da Sociedade do Conhecimento. Esta perspectiva pode ser, em si mesma, a oportunidade

para garantir trabalho a profissionais habilitados pelo sistema educativo, cultural e social, os quais alimentam, cada vez com mais frequência, as estatísticas do desemprego e a economia psíquica do *stress* urbano.

Tornar inclusiva a cidadania activa significa porém ir mais longe para a estender aos excluídos, com recurso às disponibilidades que a Sociedade do Conhecimento faculta, desde que requalificando recursos na base de metodologias adequadas à especificidade dos utentes que, utilizando-as, se exercitem como cidadãos. É um processo de novo perfil na formação e na aprendizagem ao longo da vida, processo complementar dos instituídas pelos regimes formais. Isso requer que se invista na panóplia de práticas da investigação-acção e numa sistemática de suporte que seja pública para se distribuir por todos. Requer ainda que ela seja aberta a parcerias diversificadas com as entidades que justifiquem a articulação aos sectores do associativismo e da economia social e que possam constituir saídas aos entraves que a globalização vigente coloca ao processo de garantir a todos o acesso ao bem-estar e à participação na vida pública.

O suporte físico para esta cidadania activa e solidária terá necessariamente de interligar-se, na sua distribuição territorial, à iniciativa Internet que, em Portugal, estando ainda em expansão, já atinge a centena de concelhos. A rede deverá garantir acessibilidade à procura social a que se destina e ser provida de recursos metodologicamente orientados para aprendizagens inclusivas, configuradas a partir das problemáticas suscitadas pelos próprios destinatários e com apelo a programas instrumentais que vinculam o país à dimensão europeia, como o Programa Operacional da Sociedade de Informação (POSI). Mas o carácter de subsidiariedade das políticas europeias, em relação aos Estados-Membros, exige destes a iniciativa de conceber metodologias e processos próprios que se adaptem às situações vigentes, contextualizando-as nas dimensões científicas adequadas. No caso vertente, a articulação ao EEII, no contexto do 6º Programa, pode gerar sinergias compatíveis com a sua 7ª prioridade, assumindo, como objectivo de pesquisa e de política pública, a reversão da dinâmica da exclusão social na da inclusão social, em contexto de cidadania.

Reconhecer as potencialidades da cidadania para a defesa de um **desenvolvimento integral** - ou seja, aquele que não possa abstrair da dimensão individual na **dinâmica desenvolvimentista**, em que o sujeito inter-age com os outros e a totalidade integradora -, não justifica o individualismo, enquanto ideologia. Antes se inscreve na utopia útil dos **direitos humanos**, em perspectiva que venha a justificar que eles passem menos pelo assistencialismo alheio do que pela capacidade de autonomia e de reivindicação inalienável, fundada na observação objectiva dos acontecimentos. Que o sujeito individual possa reconhecer-se nos colectivos em que inter-age é o que subjaz aos conceitos de **cidadania comunitária**, fundada em laços que densifiquem a participação

individual, e de **democracia poliárquica**, distribuída por territórios concretos, onde as comunidades possam regressar ao terreno, ainda que providas de plataformas virtuais que, em concreto, as liguem ao mundo que todos habitam.

A importância da investigação para a produção de uma política pública como a que se defende, comporta pois apostar na adaptabilidade das instituições e dos seus quadros de referência perante estes objectivos. Mas será no terreno das práticas que estes se consubstanciarão, porque só no terreno a sociedade se inventa.

BIBLIOGRAFIA

Bénard, V. e La Coste, P. (2003), *L'Hyper-République. Bâtir l'Administration en Réseau autour du Citoyen*, Paris; Ministère de la Fonction Publique, de la Réforme de l'Etat.

Caraça, J. e Carrilho, M. (1992), "O Imaterial e o Arquipélago dos Saberes", *Colóquio/Ciências*, nº12, pp.83-92.

Castells, M. (1999), *A Era da Informação, Vol. I – A Sociedade em Rede*, São Paulo, ed.: Paz e Terra.

Chomsky, Noam (2002), *A Democracia e os Mercados na Nova Ordem Mundial*, Lisboa, ed. Antígona

Coelho, Hélder e Costa, Ernesto (2001). "Educação e Sociedade de Informação, *Ensino Superior e competitividade*, vol. II, Lisboa, CNAVES, eds. A. Moreira e J. B. Moura, Pp. 63-144.

Coelho, Victor (2003), "A Integração Profissional. Elementos para uma Problemática Teórica", *Anais. Série Sociologia III*, Lisboa, UAL, pp. 135-149.

Corcuff, Philippe (2001), *As Novas Sociologias. Construção da Realidade Social*, Sintra, ed.: Vral

Cruz, M. Alfreda (2003), "Ciência, Educação e Cultura. Para a Leitura Sociológica da Sociedade do Conhecimento", *Anais. Série Sociologia III*, Lisboa, UAL, pp.29-62.

Idem (2002), "O Direito à Cidadania na Sociedade do Conhecimento", VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, 8-11.10.2002.

Idem (2000), “A Educação para os Direitos Humanos na Encruzilhada do Desenvolvimento” Encontro Internacional para os Direitos Humanos, Lisboa, 5-7.12.2000.

Idem (1997), “Contributo Sociológico para uma Teoria Científica da Animação Cultural”, *Anais. Série Sociologia I*, Lisboa, UAL, pp. 169-181.

Dahl, Robert (2000), *Democracia*, Lisboa: ed. Temas e Debates.

Damásio, António (1994), *O Erro de Descartes*, Lisboa, Publicações Europa-América.

Delors, Jacques (1997), *Le Défi*, Paris, ed. Flammarion.

Idem (1992), *Combating Social Exclusion*, Brussels: Commission of the European Communities, DGV Fostering Integration.

Demo, Pedro (1997), *Conhecimento Moderno*, Petrópolis, ed. Vozes.

Idem (2000), *Política Social do Conhecimento*, Petrópolis, ed. Vozes.

Fontaine, Pascal (1998), *A Construção Europeia de 1945 aos nossos dias*, Lisboa, ed.: Gradiva.

Grilo, Marçal (2002), *Desafios da Educação. Ideias para uma Política Educativa no século XXI*, Lisboa, ed. Oficina do Livro.

Habermas, J (1989), *Consciência Moral e Agir Comunicativo*, R. Janeiro, ed. Tempo brasileiro

Jeanet, Thierry (2002), *A Economia Social Europeia*, Lisboa, ed. Poseidon.

Marina, José ((1995), *Teoria da Inteligência Criadora*, Lisboa: ed. Caminho.

Moura, Rui (2003), “eLearning, Estratégia de Qualificação e Desenvolvimento de Competências”, *Anais. Série Sociologia III*, Lisboa, UAL, pp. 115-134.

Moro, Giovanni (2001) *The Citizen's Side of Governance*, paper presented at the INA Congress 19/20. 11. 2001.

Petrella, Ricardo (1996), *La Société de l'Information en Construction: Confrontation ou Coopération?*, Bruxelles.

Ricouer, Paul (1986), *Ideologia e Utopia*, Lisboa:ed.70.

Santos, A. Almeida e alia (2002), *Carta dos Direitos Fundamentais. Europa e Cidadania*, Lisboa, ed. Gabinete do Parlamento Europeu.

Santos, B. Sousa (1989), *Introdução a uma Ciência Pós-moderna*, Porto, editora Afrontamento.

Idem (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal*, Porto: Afrontamento.

Idem (1994), *Pela Mão de Alice. O social e o Político*, Porto: Afrontamento.

Idem (2000), *Crítica da Razão Indolente*, Porto: Afrontamento.

Sweet, A Stone e alia (2002), *Cidadania e Novos Poderes Numa Sociedade Global*, Lisboa, ed.: Dom Quixote.

Sites de Referência

<http://europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l24193.htm>

<http://europa.eu.int/comm/governance/index.fr.html> <http://www.cordis.lu/rdt2002/policies.html>

<http://www.cordis.lu/fp5/home.html>

<http://www.ploteus.net/ploteus/portal/home.jsp>

<http://www.cijdelors.pt>

<http://www.asociedadedigital.org>